

ANEXO 12

MANUAL DE PROCEDIMENTOS

EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 022/2018
GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA - SEINFRA

**PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA
NA MODALIDADE CONCESSÃO PATROCINADA
PARA A OPERAÇÃO, MANUTENÇÃO E REVITALIZAÇÃO
DO SISTEMA VIÁRIO BA-052
E A CONSTRUÇÃO DE PONTE-TRAVESSIA
SOBRE O RIO SÃO FRANCISCO
ENTRE OS MUNICÍPIOS BAIANOS DE XIQUE-XIQUE E BARRA.**

SÃO PAULO, 23 DE ABRIL DE 2018
B3 S.A. – BRASIL, BOLSA, BALCÃO

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	3
PREVALÊNCIA DO EDITAL	3
DEFINIÇÕES E ABREVIACÕES	3
DOCUMENTOS DA CONCORRÊNCIA	3
ESCLARECIMENTOS AO MANUAL	4
CAPÍTULO 1 CORRETORAS CREDENCIADAS	5
CONTRATO DE INTERMEDIÇÃO ENTRE CONCORRENTE E CORRETORA CREDENCIADA	5
CAPÍTULO 2 ENTREGA DOS ENVELOPES	6
LOCAL, DATA E HORA	6
REPRESENTAÇÃO	6
FORMA DOS DOCUMENTOS	6
RELAÇÃO DE DOCUMENTOS	7
ANÁLISE DO ENVELOPE 1 GARANTIA DA PROPOSTA	17
CAPÍTULO 3 GARANTIA DA PROPOSTA	18
MODALIDADES DE GARANTIAS ACEITAS	18
REGRAS APLICÁVEIS A TODAS AS MODALIDADES	18
REGRAS APLICÁVEIS À MODALIDADE APÓLICE DE SEGURO GARANTIA	20
REGRAS APLICÁVEIS À MODALIDADE CARTA DE FIANÇA BANCÁRIA	21
REGRAS APLICÁVEIS À MODALIDADE TÍTULO PÚBLICO FEDERAL	22
REGRAS APLICÁVEIS À MODALIDADE DEPÓSITO CAUÇÃO EM DINHEIRO	23
CAPÍTULO 4 SESSÃO PÚBLICA DO LEILÃO	24
OBJETO	24
LOCAL, DIA E HORA	24
CONCORRENTES APTAS A PARTICIPAR DA SESSÃO	24
REPRESENTAÇÃO	24
DINÂMICA	24
1. ABERTURA DO ENVELOPE 2	24
2. PROPOSTAS ESCRITAS	25
3. PROPOSTAS À VIVA VOZ	25
EMPATE	25
RESULTADO FINAL	25
ANÁLISE DO ENVELOPE 3 DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	25
CAPÍTULO 5 REMUNERAÇÃO DA B3	27
ORIENTAÇÕES	27
ANEXO 01 CONTRATO DE INTERMEDIÇÃO ENTRE CONCORRENTE E CORRETORA CREDENCIADA	28

INTRODUÇÃO

Este manual possui caráter informativo e é complementar ao EDITAL de CONCORRÊNCIA Nº 022/2018 do ESTADO DA BAHIA, por intermédio da Secretaria de Infraestrutura (SEINFRA). Ele instrui sobre as etapas da CONCORRÊNCIA Pública para Operação, Manutenção e Revitalização do Sistema Viário BA-052 e construção de ponte-travessia sobre o Rio São Francisco entre os Municípios de Xique-Xique e Barra.

A B3 reportará à COMISSÃO ESPECIAL DE OUTORGA toda e qualquer questão decorrente de sua prestação de serviço.

As decisões finais da CONCORRÊNCIA competem apenas e tão somente à COMISSÃO ESPECIAL DE OUTORGA, responsável por conduzir os procedimentos relativos à CONCORRÊNCIA, conforme EDITAL.

A B3 não garante o cumprimento de nenhuma obrigação dos envolvidos na CONCORRÊNCIA, da Secretaria de Infraestrutura, do Governo do Estado da Bahia, INTERESSADO, CONCORRENTE, ADJUDICATÁRIA, quais sejam, não estando obrigada a honrar os pagamentos devidos, não atuando como coobrigada da parte inadimplente e não efetuando, assim, quaisquer pagamentos no lugar destas.

A B3 ressalta sua condição de assessora à CONCORRÊNCIA. Sendo assim, sua atuação se limita ao suporte técnico relativo aos procedimentos inerentes à CONCORRÊNCIA, tais como: análise de EDITAL; elaboração do MANUAL DE PROCEDIMENTOS; fornecimento de recursos e espaços para sessões; fornecimento de recursos e espaços para guarda de documentação; suporte ao esclarecimento de dúvidas a CONCORRENTES quanto a procedimentos que envolvem a B3; assessoria no recebimento, manutenção, devolução e execução das GARANTIAS DE PROPOSTA; suporte à análise de DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO jurídica, econômico-financeira, fiscal e trabalhista; e publicação do *link* de acesso ao EDITAL e do MANUAL DE PROCEDIMENTOS no *site* da B3.

Em contrapartida, não compete à B3 atuar em atividades fundamentais à realização da CONCORRÊNCIA, nem assumir a frente ou tomar decisões indelegáveis da administração pública ou na presente CONCORRÊNCIA, sendo estas atribuições prerrogativas exclusivas da CONCEDENTE, tais como: publicações de cunho oficial ou vinculante; acesso ao EDITAL; esclarecimentos ao EDITAL; alterações de datas, cronogramas ou prazos; GARANTIAS DE PROPOSTA na modalidade depósito caução; crédito, liquidez, exequibilidade e execuções de GARANTIAS DE PROPOSTA; outras garantias; disponibilização de documentação para a consulta; saneamento de falhas ou promoção de diligências; participação ou habilitação de CONCORRENTES; e outras etapas da CONCORRÊNCIA.

PREVALÊNCIA DO EDITAL

Caso exista conflito entre as disposições deste documento e as do EDITAL, prevalecerá o disposto no EDITAL.

DEFINIÇÕES E ABREVIações

As definições utilizadas neste manual são as mesmas aplicadas ao EDITAL. Qualquer novo termo que porventura tenha sido usado neste manual não substitui ou invalida os termos adotados pelo EDITAL, os quais sempre prevalecerão.

DOCUMENTOS DA CONCORRÊNCIA

Os documentos relativos à CONCORRÊNCIA serão disponibilizados conforme descrito em EDITAL.

Este manual poderá ser obtido também no *site* da B3, em <http://www.bmfbovespa.com.br/licitacoes/>.

ESCLARECIMENTOS AO MANUAL

Até o prazo final de esclarecimentos descrito em EDITAL, dúvidas sobre este manual poderão ser esclarecidas pelos *e-mails* leiloes@bvmf.com.br e cpl@infra.ba.gov.br.

As dúvidas encaminhadas ao *e-mail* mencionado não se confundem com eventual impugnação ou pedido de esclarecimentos ao EDITAL.

CAPÍTULO 1

CORRETORAS CREDENCIADAS

A CONCORRENTE deve ser representada por CORRETORA CREDENCIADA em etapas junto à B3.

Sempre que houver necessidade, a B3 contatará a CORRETORA CREDENCIADA e esta, por sua vez, deverá comunicar-se com a CONCORRENTE.

Somente pode representar CONCORRENTE uma corretora autorizada a operar na B3. Essa autorização pode ser confirmada em lista divulgada no site da B3, em http://www.bmfbovespa.com.br/pt_br/servicos/participantes/busca-de-corretoras/.

Cada CONCORRENTE somente pode ser representada por uma única CORRETORA CREDENCIADA e cada CORRETORA CREDENCIADA somente pode exercer representação de uma única CONCORRENTE.

CONTRATO DE INTERMEDIÇÃO ENTRE CONCORRENTE E CORRETORA CREDENCIADA

Para formalizar esta intermediação, a CONCORRENTE deverá firmar contrato com uma CORRETORA CREDENCIADA.

As cláusulas mínimas do instrumento de vinculação jurídica entre a CONCORRENTE e a CORRETORA CREDENCIADA estão no ANEXO 01 deste manual. O contrato poderá conter cláusulas adicionais que as partes julgarem convenientes, contanto que não eximam as partes de suas obrigações descritas no EDITAL e seus ANEXOS.

O documento deve ser assinado por representantes da CORRETORA CREDENCIADA, pelo REPRESENTANTE CREDENCIADO, por duas testemunhas e possuir reconhecimento em cartório das firmas dos signatários.

Em caso de CONSÓRCIO, a líder deverá firmar o contrato com a CORRETORA CREDENCIADA, conforme outorga a ela fornecida pelas demais consorciadas, descrita no item 8.2.ii do EDITAL.

Este documento deverá ser entregue à B3 como parte do Envelope 1 da documentação. Devem acompanhar esse documento as comprovações dos poderes dos seus signatários, caso o cadastro da CORRETORA CREDENCIADA junto à B3 não esteja atualizado.

Os compromissos citados nos itens 8.3 e 8.6 do EDITAL são realizados através desse documento.

CAPÍTULO 2

ENTREGA DOS ENVELOPES

Nos termos do EDITAL, devem ser entregues 3 Envelopes de documentos:

- **ENVELOPE 1 – GARANTIA DA PROPOSTA;**
- **ENVELOPE 2 – PROPOSTA ECONÔMICA; e**
- **ENVELOPE 3 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.**

As vias dos Envelopes analisadas pela **B3** serão arquivadas pela mesma.

LOCAL, DATA E HORA

A documentação deve ser entregue na data e hora previstas no cronograma, presencialmente, na B3:

B3 S.A. – BRASIL, BOLSA, BALCÃO
Rua XV de Novembro, nº 275
Centro, São Paulo, SP, Brasil

REPRESENTAÇÃO

Os Envelopes deverão ser entregues por meio de representantes da CORRETORA CREDENCIADA da CONCORRENTE.

Deverá ser fornecida documentação para a comprovação do poder de representação da CORRETORA CREDENCIADA, apenas caso o cadastro da CORRETORA CREDENCIADA junto à B3 não esteja atualizado.

Deverão ser respeitadas as atribuições de poder delimitadas aos membros para que o representante possa atuar em nome da CORRETORA CREDENCIADA na CONCORRÊNCIA. O representante da CORRETORA CREDENCIADA poderá ser pessoa que já tenha poderes para atuar em processos do gênero, devendo se atentar para a necessidade de assinatura conjunta de duas ou mais pessoas. Ele poderá atuar de forma isolada, desde que definido em cadastro da B3, documentos estatutários ou procuração com poderes específicos para tal fim, e entregue na data.

Sob nenhuma hipótese será aberto qualquer dos Envelopes da documentação no momento da entrega. Caso o sistema de cadastro da B3 não esteja atualizado e precise ser apresentado documento de comprovação de poderes por parte da CORRETORA CREDENCIADA, tais documentos devem estar apartados dos Envelopes lacrados.

No momento da entrega dos Envelopes, a CORRETORA CREDENCIADA deverá assinar juntamente com a B3 o protocolo de recebimento em duas vias. A cada uma caberá uma via do documento.

FORMA DOS DOCUMENTOS

Toda a documentação deve ser entregue:

- Cada Envelope em 3 (três) vias idênticas, totalizando 9 (nove) vias: 3 (três) do Envelope 1, 3 (três) do Envelope 2 e 3 (três) do Envelope 3;
- Cada via encadernada separadamente;
- Cada via com todas páginas com conteúdo numeradas sequencialmente;
- Em Envelopes lacrados;

- Cada Envelope também em meio eletrônico;
- Cada via e Envelope com identificação no exterior, devidamente preenchidos conforme itens 10.1 e 10.5.(i) e do EDITAL.
- Em via original, cópia autenticada por cartório competente, publicação em órgão de imprensa oficial ou documentos autênticos eletronicamente, exceto a GARANTIA DA PROPOSTA na modalidade de fiança bancária que deve ser original na 1ª via do Envelope 1;
- Todas as folhas rubricadas pelo REPRESENTANTE CREDENCIADO;
- Com rubrica, data e hora de próprio punho do REPRESENTANTE CREDENCIADO sobre o lacre das vias e dos Envelopes; e
- Seguindo os modelos constantes nos ANEXOS do EDITAL, quando aplicável;
- Legível, sem rasuras, sem emendas, sem entrelinhas e sem ressalvas;
- Em língua portuguesa. Documentos em língua estrangeira devem ser traduzidos ao português por tradutor público juramentado e com confirmação de autenticidade emitida pela Representação Diplomática ou Consular do Brasil no país de origem do documento, salvo, neste último caso, os documentos sujeitos à Apostila, conforme Convenção de Apostila de Haia, atendidas as exigências dessa Convenção; e
- Com prazo de validade em vigor na data de entrega. Documentos sem indicação do prazo de validade serão considerados válidos pelo prazo de 03 (três) meses, contados da data de sua emissão.

RELAÇÃO DE DOCUMENTOS

Os documentos devem ser entregues em cada um dos Envelopes conforme exigido pelo EDITAL e resumido nas tabelas a seguir.

Cada Envelope deve conter os documentos corretos, de maneira que não se misturem os documentos de Envelopes diferentes, uma vez que serão abertos em momentos distintos ao longo da CONCORRÊNCIA.

Devem ser observados os documentos comuns a todos os tipos de CONCORRENTES, além daqueles específicos para cada tipo.

A CONCORRENTE deverá disponibilizar todo e qualquer documento que decorra de exigência societária diretamente relacionada a seus atos constitutivos, bem como aqueles que decorrem de lei e que são condição de validade dos atos da Pessoa Jurídica, como por exemplo, mas não se limitando, aos Termos de Posse, autorizações do Conselho de Administração, dentre outros. Da mesma maneira, a CONCORRENTE deverá cumprir com todas as obrigações contraídas oriundas de suas demonstrações contábeis, na forma da lei vigente.

TODOS OS TIPOS DE CONCORRENTES

	CREDENCIAMENTO	ENVELOPE 1 - GARANTIA DA PROPOSTA	ENVELOPE 2 - PROPOSTA ECONÔMICA	ENVELOPE 3 - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
TODAS AS CONCORRENTES	Apresentação de documento pessoal dos REPRESENTANTES CREDENCIADOS. Item 8.2 do EDITAL.	GARANTIA DA PROPOSTA, mediante apólice de seguro garantia, carta de fiança bancária, comprovante do depósito caução, e/ou. título público federal (confirmado digitalmente). Item 11.1 do EDITAL.	Carta de apresentação da PROPOSTA ECONÔMICA, conforme ANEXO 03 do EDITAL. Item 12.1 do EDITAL.	Carta de apresentação, conforme ANEXO 04 do EDITAL. Item 13.1.1 do EDITAL.
	Comprovação dos poderes de representação dos REPRESENTANTES CREDENCIADOS mediante procuração do ANEXO 07 do EDITAL; e Comprovação de poder(es) do(s) outorgante(s). Item 8.2 (i) do EDITAL.		Declaração de instituição financeira, consultoria econômica ou auditoria contábil atestando Capacidade de Endividamento da CONCORRENTE Compatível com a PROPOSTA ECONÔMICA, mediante ANEXO 09 do EDITAL; Termo de confidencialidade, mediante conteúdo mínimo do item 12.4.2 do EDITAL; e Comprovação de poder(es) do(s) signatário(s). Item 12.4 do EDITAL.	Ato constitutivo, Contrato ou Estatuto social vigente; Item 13.2.1 (i) do EDITAL.

	CREDENCIAMENTO	ENVELOPE 1 - GARANTIA DA PROPOSTA	ENVELOPE 2 - PROPOSTA ECONÔMICA	ENVELOPE 3 - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
	Contrato de intermediação entre CONCORRENTE e CORRETORA CREDENCIADA, conforme ANEXO 01 deste manual; e Comprovação de poder(es) do(s) signatário(s). Item 8.3 do EDITAL.			Comprovação de eleição, e reeleições, se aplicável, dos administradores; Comprovação de eleição do Conselho de Administração responsável pela eleição, se aplicável; e Comprovação dos ritos de posse, se aplicável; registrados. Item 13.2.1 (ii) do EDITAL.
				Comprovação de inscrição no CNPJ/MF. Item 13.3.1 (i) do EDITAL.
				Comprovação de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual/Distrital ou Municipal, da sede; ou Comprovação de isenção (não contribuinte). Item 13.3.1 (ii) do EDITAL.
				Comprovação de regularidade fiscal perante as Fazendas Federal (certidão conjunta da RFB e PGFN), Estadual/Distrital e Municipal. Item 13.3.1 (iii) do EDITAL
				Comprovação de regularidade com o FGTS. Item 13.3.1 (iv) do EDITAL.
				Comprovação de regularidade com a Justiça do Trabalho. Item 13.3.1 (v) do EDITAL..
				Qualificação técnica conforme item 13.4 do EDITAL.

	CREDENCIAMENTO	ENVELOPE 1 - GARANTIA DA PROPOSTA	ENVELOPE 2 - PROPOSTA ECONÔMICA	ENVELOPE 3 - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
				Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, registrados. Item 13.5.1.1 do EDITAL.
				Certidão negativa de pedido de falência ou recuperação judicial; ou Certidão negativa de processo de execução das varas cíveis; e Certidão da estrutura dos cartórios distribuidores da sede. Item 13.5.1.2 do EDITAL.
				Declaração de compromisso de cumprimento do artigo 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal, conforme ANEXO 05 do EDITAL. Item 13.6.1.1 do EDITAL.
				Declaração de inexistência de fato impeditivo em participar da CONCORRÊNCIA, conforme ANEXO 06 do EDITAL. Item 13.6.1.2 do EDITAL.

CONCORRENTES EM CONSÓRCIO

Além da documentação comum a todos os tipos de CONCORRENTES, aquelas que estejam em CONSÓRCIO deverão apresentar os seguintes documentos:

	ENVELOPE 1 - GARANTIA DA PROPOSTA	ENVELOPE 2 - PROPOSTA ECONÔMICA	ENVELOPE 3 - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
CONCORRENTES EM CONSÓRCIO	Comprovação dos poderes de representação dos REPRESENTANTES CREDENCIADOS, outorgado pela empresa líder, conforme procuração do ANEXO 07 do EDITAL; e Comprovação de poder(es) do(s) outorgante(s). Item 8.2 (ii) do EDITAL. Procurações outorgadas pelos consorciados à empresa líder, conforme ANEXO 07 do EDITAL; e Comprovação de poder(es) do(s) outorgante(s). Item 8.2 (ii) do EDITAL. Instrumento ou Compromisso de constituição de CONSÓRCIO com conteúdo mínimo do item 14.1.4 do EDITAL. Item 14.1.4 do EDITAL.		

CONCORRENTES ESTRANGEIRAS

Além da documentação comum a todos os tipos de CONCORRENTES, aquelas que sejam estrangeiras deverão apresentar os seguintes documentos:

	CREDENCIAMENTO	ENVELOPE 1 - GARANTIA DA PROPOSTA	ENVELOPE 2 - PROPOSTA ECONÔMICA	ENVELOPE 3 - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
CONCORRENTE ESTRANGEIRA	Comprovação dos poderes de representação dos REPRESENTANTES CREDENCIADOS, outorgado a representante legal residente e domiciliado no Brasil, mediante procuração do ANEXO 07 do EDITAL; e Comprovação de poder(es) do(s) outorgante(s). Item 8.2 (iii) do EDITAL.			Decreto e ato de registro ou autorização para seu funcionamento. Item 13.2.1 (iii) do EDITAL.
				Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, com certificado de Auditores Independentes ou certificados por contador registrado, caso a certificação por auditores não seja obrigatória no país de origem. Itens 13.5.2 e 13.5.2.1 do EDITAL.
				Declaração de atendimento às exigências do EDITAL conforme ANEXO 14 do EDITAL. Item 15.4 (i) do EDITAL.
				Declaração de submissão à legislação brasileira e renúncia a reclamação por via diplomática, conforme ANEXO 15 do EDITAL. Item 15.4 (iii) do EDITAL.
				Documentos equivalentes; ou Declaração de inexistência de documento estrangeiro equivalente, conforme ANEXO 13 do EDITAL; se aplicáveis. Itens 13.1.7 e 13.1.7.1 do EDITAL.

CONCORRENTES PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

Além da documentação comum a todos os tipos de CONCORRENTES, aquelas que sejam entidades de previdência complementar aberta ou fechada deverão apresentar os seguintes documentos:

	CREDENCIAMENTO	ENVELOPE 1 - GARANTIA DA PROPOSTA	ENVELOPE 2 - PROPOSTA ECONÔMICA	ENVELOPE 3 - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
CONCORRENTE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR				<p>Comprovante de autorização da constituição e funcionamento como entidade de previdência pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social. Item 15.2 (i) do EDITAL.</p> <p>Declaração de que os planos e benefícios administrados não estão sob liquidação ou intervenção da Superintendência Nacional de Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social. Item 15.2 (ii) do EDITAL.</p>

CONCORRENTES FUNDO DE INVESTIMENTO

Além da documentação comum a todos os tipos de CONCORRENTES, aquelas que sejam fundos de investimento deverão apresentar os seguintes documentos:

	CREDENCIAMENTO	ENVELOPE 1 - GARANTIA DA PROPOSTA	ENVELOPE 2 - PROPOSTA ECONÔMICA	ENVELOPE 3 - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
CONCORRENTE FUNDO DE INVESTIMENTO				Ato constitutivo; e Última alteração; Arquivados perante órgão competente. Item 13.2.1 (vi) (a) do EDITAL.
				Contratação de gestor, se aplicável. Item 13.2.1 (vi) (b) do EDITAL.
				Eleição do administrador em exercício. Item 13.2.1 (vi) (b) do EDITAL.
				Comprovação de registro e qualificação na CVM do administrador e do gestor, se aplicável. Item 13.2.1 (vi) (c) do EDITAL.
				Comprovação de registro do fundo na CVM. Item 13.2.1 (vi) (d) do EDITAL.
				Regulamento do fundo, e posteriores alterações, se aplicável, devidamente registrados. Item 13.2.1 (vi) (e) do EDITAL.
				Comprovação de autorização dos cotistas para: <ul style="list-style-type: none"> Participação do fundo na CONCORRÊNCIA; e Representação e assunção de obrigações e direitos do fundo pelo administrador na CONCORRÊNCIA. Item 13.2.1 (vi) (f) do EDITAL.
				Comprovação de instrumentos particulares de compromisso de investimento entre os cotistas e fundo, mediante anúncio de encerramento da oferta do fundo conforme Anexos V e VII da Instrução CVM nº 400. Se fundo estrangeiro, comprovação de instrumentos particulares de compromisso de investimento entre os cotistas e fundo mediante documentos análogos aos exigidos no Brasil. Itens 13.2.1 (vi) (g) e (h) do EDITAL.
				Lista de cotistas que possuem mais de 5% de participação e respectivo balanço patrimonial registrado do último exercício social. Item 13.2.1 (vi) (i) do EDITAL.

	CREDENCIAMENTO	ENVELOPE 1 - GARANTIA DA PROPOSTA	ENVELOPE 2 - PROPOSTA ECONÔMICA	ENVELOPE 3 - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
				Certidão negativa de pedido de falência ou recuperação judicial; ou Certidão negativa de processo de execução das varas cíveis; e Certidão da estrutura dos cartórios distribuidores da sede; da administradora e da gestora do fundo. Item 13.2.1 (vi) (j) do EDITAL.

CONCORRENTES INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

Além da documentação comum a todos os tipos de CONCORRENTES, aquelas que sejam instituições financeiras deverão apresentar os seguintes documentos:

	CREDENCIAMENTO	ENVELOPE 1 - GARANTIA DA PROPOSTA	ENVELOPE 2 - PROPOSTA ECONÔMICA	ENVELOPE 3 - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
CONCORRENTE INSTITUIÇÃO FINANCEIRA				Comprovante de autorização como instituição financeira pelo Banco Central do Brasil. Item 15.1 do EDITAL.

ANÁLISE DO ENVELOPE 1 GARANTIA DA PROPOSTA

Na Sessão Pública de Abertura do Envelope 1 ocorrerá a entrega dos Envelopes, o credenciamento e a abertura do Envelope 1.

As análises do Envelope e das GARANTIAS DA PROPOSTA serão realizadas em conjunto pela COMISSÃO ESPECIAL DE OUTORGA e pela **B3**, mas a decisão final e a aptidão e manutenção de participação de CONCORRENTE na CONCORRÊNCIA competem apenas e tão somente à COMISSÃO ESPECIAL DE OUTORGA.

O prazo de análise do Envelope 1 e o resultado de sua análise serão divulgados pela COMISSÃO ESPECIAL DE OUTORGA.

CAPÍTULO 3

GARANTIA DA PROPOSTA

MODALIDADES DE GARANTIAS ACEITAS

A GARANTIA DA PROPOSTA pode ser aportada, conforme instruções a seguir, nas seguintes modalidades:

- Apólice de Seguro Garantia;
- Carta de Fiança Bancária;
- Título Público Federal; e/ou
- Depósito Caução em Dinheiro.

Se a CONCORRENTE participar em CONSÓRCIO, é admissível o aporte do montante total da GARANTIA DE PROPOSTA segregado entre as consorciadas, na proporção de suas participações no CONSÓRCIO, as quais poderão optar por uma das modalidades de garantia, sem prejuízo da escolha pelas demais consorciadas de modalidade diversa.

REGRAS APLICÁVEIS A TODAS AS MODALIDADES

DEPÓSITO ESPECÍFICO

As CONCORRENTES estão obrigadas a realizar depósito de garantias específico para a participação na CONCORRÊNCIA. Eventuais garantias depositadas junto à B3 para outras operações dessas CORRETORAS CREDENCIADAS ou CONCORRENTES não integram as garantias da CONCORRÊNCIA.

MOEDA

As GARANTIAS DA PROPOSTA devem ser emitidas em moeda corrente brasileira, Real (BRL).

TOMADOR E EMISSOR

A GARANTIA DE PROPOSTA não poderá ser emitida por empresa do mesmo grupo econômico, controladora, controlada, coligada ou semelhante da CONCORRENTE.

VALOR

As CONCORRENTES devem aportar garantias com valor mínimo conforme item 11.1 do EDITAL.

DENOMINAÇÃO

Se a CONCORRENTE participar isoladamente, deverá entregar instrumento de garantia em razão social própria.

CONSÓRCIO

Se a CONCORRENTE participar em CONSÓRCIO, não são aceitas GARANTIAS DA PROPOSTA que utilizem como tomador/afiançado/titular/depositário o nome de CONSÓRCIO, tendo em vista que os mesmos não possuem personalidade jurídica. Nesse caso, a GARANTIA DA PROPOSTA poderá ser entregue:

- Em somente um instrumento em razão social de uma consorciada; ou
- Em instrumentos distintos com razões sociais de consorciadas distintas, mas de todas as consorciadas conforme sua participação no consórcio, de maneira que a soma desses atinja o valor mínimo.

Em todos os casos, a GARANTIA DA PROPOSTA deverá assegurar a responsabilidade do CONSÓRCIO, sendo vedado o instrumento que garanta apenas a participação da consorciada.

O nome do CONSÓRCIO, as razões sociais de todas as consorciadas e percentuais de participação devem constar na descrição da Apólice de Seguro Garantia, da Carta de Fiança Bancária e/ou ser comunicado em caso de Título Público Federal.

FUNDO DE INVESTIMENTO

Em caso de fundo de investimento, a GARANTIA DA PROPOSTA deverá estar em nome do Administrador do fundo.

O nome do fundo de investimento deve constar na descrição da Apólice de Seguro Garantia, da Carta de Fiança Bancária e/ou ser comunicado em caso de Título Público Federal.

PRAZO

A GARANTIA DA PROPOSTA deverá vigorar pelo prazo igual ou superior a 180 (cento e oitenta) dias, contado a partir da data de entrega dos Envelopes, inclusive, conforme item 11.2 do EDITAL.

Devendo ser consideradas as alterações de cronograma que possam vir a serem feitas em EDITAL, por exemplo, a GARANTIA DA PROPOSTA deverá ser válida, no mínimo, de 06/06/2018 a 02/12/2018, validade esta que deve incluir as 24 (vinte e quatro) horas de ambas as datas de início e término de vigência.

VALORAÇÃO E MANUTENÇÃO

Se necessário, a CONCORRENTE deverá prorrogar o período de vigência da GARANTIA DA PROPOSTA conforme item 11.2 do EDITAL.

A B3 poderá rever a valoração das GARANTIAS DA PROPOSTA, caso julgue que quaisquer destas sofreram ou estão por sofrer deterioração no valor ou na qualidade. Neste caso, a B3 informará a COMISSÃO ESPECIAL DE OUTORGA, que estabelecerá um prazo para que a CONCORRENTE promova a recomposição ou a substituição da GARANTIA DA PROPOSTA, nos termos do EDITAL.

SUBSTITUIÇÃO

É vedada qualquer modificação nos termos e condições das GARANTIAS DA PROPOSTA, exceto mediante expressa e prévia anuência da COMISSÃO ESPECIAL DE OUTORGA no momento de sua renovação ou para recomposição do seu valor econômico e condições de exequibilidade.

A B3 somente procederá à devolução das garantias substituídas após a efetivação do depósito das garantias substitutas.

A B3 somente efetuará qualquer movimentação de GARANTIA DA PROPOSTA depositada com ordem expressa e formal da COMISSÃO ESPECIAL DE OUTORGA.

DEVOLUÇÃO

As devoluções das garantias aportadas serão autorizadas pela COMISSÃO ESPECIAL DE OUTORGA conforme especificações do item 11.6 EDITAL.

A devolução da GARANTIA DE PROPOSTA ocorrerá por intermédio da CORRETORA CREDENCIADA da CONCORRENTE junto à B3 nas modalidades Apólice de Seguro Garantia, Carta de Fiança Bancária e Título Público Federal. Quanto autorizada, a B3 entrará em contato com as CORRETORAS CREDENCIADAS para agendar a devolução das garantias aportadas.

A CONCORRENTE vencedora deverá substituir a GARANTIA DA PROPOSTA pela GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO, entregando-a diretamente à COMISSÃO ESPECIAL DE OUTORGA e não à B3.

EXECUÇÃO

As GARANTIAS DA PROPOSTA poderão ser revertidas em favor da CONCEDENTE, inclusive pela COMISSÃO ESPECIAL DE OUTORGA, com apoio operacional da B3, conforme penalidades previstas em lei e no EDITAL.

A caracterização da hipótese de reversão da GARANTIA DA PROPOSTA se dará mediante processo administrativo, sendo assegurado o direito de contraditório e ampla defesa, conforme o disposto no Artigo 5º, inciso LV, da Constituição Federal de 1988.

REGRAS APLICÁVEIS À MODALIDADE APÓLICE DE SEGURO GARANTIA

FORMA DO DOCUMENTO

Serão aceitas Apólices de Seguro Garantia emitidas por Instituições Seguradoras mediante solicitação das CONCORRENTES, desde que:

- A apólice indique a CONCORRENTE como tomadora;
- A apólice indique a Secretaria de Infraestrutura (SEINFRA) do Estado da Bahia como beneficiária;
- Sejam respeitadas as diretrizes do ANEXO 2-A do EDITAL;
- Não sejam acrescentadas cláusulas que eximam a CONCORRENTE de suas responsabilidades;
- Estejam em conformidade com a Circular Susep nº 477, de 30 de setembro de 2013 e demais condições vigentes estipuladas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP; e
- As apólices de seguro garantia com certificação digital sejam passíveis de verificação de sua autenticidade no *site* da seguradora ou da SUSEP.

Poderão ser objeto de mudanças ou adaptações, desde que previamente apreciadas e aprovadas pela B3 e pela COMISSÃO ESPECIAL DE OUTORGA.

FORMA DE EMISSÃO E APORTE

A entrega de Apólice de Seguro Garantia será feita mediante a seguinte rotina:

- A CONCORRENTE solicitará a emissão de apólice de seguro garantia à instituição seguradora de sua preferência, previamente cadastrada na B3, observados os critérios estipulados neste manual e no EDITAL;
- A CORRETORA CREDENCIADA entregará à B3, no Envelope 1, a apólice do seguro-garantia, que deve ter certificação digital; entretanto, também poderá ser avaliada a aceitabilidade de apólice original em via física com assinaturas dos representantes legais da seguradora com firmas reconhecidas; e
- A B3 auxiliará a COMISSÃO ESPECIAL DE OUTORGA na verificação da regularidade da documentação e confirmará a exatidão do aporte à COMISSÃO ESPECIAL DE OUTORGA.

CADASTRO DA EMISSORA

Para comprovação dos poderes dos signatários da garantia, as CONCORRENTES deverão proceder conforme indicações a seguir.

As instituições que possuam cadastro e estão com o seu cadastro atualizado na B3 não precisam enviar os documentos comprobatórios dos poderes de representação. Na hipótese da instituição emissora da GARANTIA DA PROPOSTA não estar cadastrada ou de seu cadastro estar

desatualizado, deverá enviar preferencialmente, em até 10 (dez) dias úteis antes da data para recebimento das garantias, os seguintes documentos:

- i) Estatuto Social/Contrato social vigente;
- ii) Atas de Eleição da diretoria vigentes; e
- iii) Procurações para validação, nas quais deverá constar a outorga expressa de poderes para a assinatura/emissão de seguros.

Os documentos devem ser enviados em sua via original ou cópia autenticada para:

B3 S.A. – BRASIL, BOLSA, BALCÃO
GERÊNCIA DE PROCESSOS LICITATÓRIOS, VIA PROTOCOLO GERAL
Rua XV de Novembro, nº 275
Centro, São Paulo, SP, Brasil

Caso a instituição não tenha feito ou atualizado seu cadastro na B3 no prazo anteriormente descrito, os documentos poderão constar no Envelope 1.

REGRAS APLICÁVEIS À MODALIDADE CARTA DE FIANÇA BANCÁRIA

FORMA DO DOCUMENTO

Serão aceitas Cartas de Fiança Bancária emitidas por Instituições Fiadoras mediante solicitação das CONCORRENTES, desde que:

- A fiança indique a CONCORRENTE como afiançada;
- As obrigações da fiança sejam perante a Secretaria de Infraestrutura (SEINFRA) do Estado da Bahia;
- A fiadora seja por banco comercial, de investimento e/ou múltiplo, autorizada a funcionar no Brasil, segundo a legislação brasileira e o regulamento próprio do setor financeiro;
- A fiadora observe as vedações do Conselho Monetário Nacional quanto aos limites de endividamento e diversificação do risco;
- A fiadora seja instituição financeira classificada entre o primeiro e o segundo piso, ou seja, entre “A” e “B” na escala de *rating* de longo prazo de, no mínimo, uma das agências de classificação de risco Fitch Ratings, Moody’s ou Standard & Poors;
- A instituição financeira possua o sistema EMVIA da Embratel para que a B3 verifique a autenticidade da fiança;
- A fiança seja entregue presencialmente em sua forma física original;
- Sejam respeitadas as diretrizes do ANEXO 2-B do EDITAL; e
- Não sejam acrescentadas cláusulas que eximam a CONCORRENTE de suas responsabilidades.

Cartas de Fiança Bancária poderão ser objeto de mudanças ou adaptações, desde que previamente analisadas e aprovadas pela B3 e pela COMISSÃO ESPECIAL DE OUTORGA.

FORMA DE EMISSÃO E APORTE

O depósito de Carta de Fiança Bancária será feito mediante a seguinte rotina:

- A CONCORRENTE solicitará a emissão de Carta de Fiança Bancária à instituição de sua preferência, previamente cadastrada na B3, observados os critérios estipulados neste manual e no EDITAL;

- A CORRETORA CREDENCIADA entregará à B3, no Envelope 1, a via original da Carta de Fiança Bancária, que deve ter as firmas dos representantes legais do fiador reconhecidas, além da assinatura de duas testemunhas;
- A B3 auxiliará a COMISSÃO ESPECIAL DE OUTORGA na verificação da regularidade da documentação e confirmará a exatidão do aporte à COMISSÃO ESPECIAL DE OUTORGA.

CADASTRO DA EMISSORA

Para comprovação dos poderes dos signatários da garantia, as CONCORRENTES deverão proceder conforme indicações a seguir.

As instituições que possuam cadastro e estão com o seu cadastro atualizado na B3 não precisam enviar os documentos comprobatórios dos poderes de representação. Na hipótese da instituição emissora da GARANTIA DA PROPOSTA não estar cadastrada ou de seu cadastro estar desatualizado, deverá enviar preferencialmente, em até 10 (dez) dias úteis antes da data para recebimento das garantias, os seguintes documentos:

- i) Estatuto Social/Contrato social vigente;
- ii) Atas de Eleição da diretoria vigentes; e
- iii) Procurações para validação, nas quais deverá constar a outorga expressa de poderes para a assinatura/emissão de seguros.

Os documentos devem ser enviados em sua via original ou cópia autenticada para:

B3 S.A. – BRASIL, BOLSA, BALCÃO
GERÊNCIA DE PROCESSOS LICITATÓRIOS, VIA PROTOCOLO GERAL
Rua XV de Novembro, nº 275
Centro, São Paulo, SP, Brasil

Caso a instituição não tenha feito ou atualizado seu cadastro na B3 no prazo anteriormente descrito, os documentos poderão constar no Envelope 1.

REGRAS APLICÁVEIS À MODALIDADE TÍTULO PÚBLICO FEDERAL

TÍTULOS ACEITOS

Títulos públicos aceitos:

- Letras do Tesouro Nacional (LTN) / Tesouro Prefixado;
- Notas do Tesouro Nacional Série F (NTN-F) / Tesouro Prefixado com Juros Semestrais;
- Títulos Pós-fixados:
 - Letras Financeiras do Tesouro Nacional (LFT) / Tesouro Selic;
 - Notas do Tesouro Nacional Série B (NTN-B) / Tesouro IPCA + com Juros Semestrais; e
 - Notas do Tesouro Nacional Série B Principal (NTN-B Principal) / Tesouro IPCA+.

FORMA DE TRANSFERÊNCIA E APORTE

O bloqueio escritural de Título Público Federal será feito mediante a seguinte rotina:

- As CONCORRENTES detentoras de carteira própria de Títulos Públicos Federais deverão proceder ao seu aporte em garantia mediante a transferência desses títulos, no Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC, para a conta mantida pela B3 no sistema.
- A CONCORRENTE solicitará, à Instituição Financeira a que esteja vinculada sua posição de títulos no SELIC, que esta providencie a transferência junto ao sistema para a B3. Não

necessariamente a instituição financeira que possui a posição de títulos é a CORRETORA CREDENCIADA contratada pela CONCORRENTE para representá-la na CONCORRÊNCIA.

- As seguintes informações deverão ser enviadas para a B3:
 - Dados dos títulos que estão sendo transferidos;
 - Razão social e código da Instituição Financeira Corretora intermediadora, na qual a CONCORRENTE detém sua posição de títulos; e
 - Código de cliente e da conta da CONCORRENTE no Sistema de Garantias da B3 (NGA);
- Os títulos devem ser transferidos pela Instituição Financeira através de uma “operação sem financeiro”, denominada “1023”, no Sistema Especial de Liquidação e Custódia – SELIC, à execução do comando de transferência.
- A CORRETORA CREDENCIADA enviará para a B3 as informações sobre os títulos que estão sendo transferidos. A B3 providenciará a correspondência do lançamento no SELIC e acompanhará a sua atualização para confirmar o depósito no Sistema de Garantias.
- Após esse procedimento, a B3 registrará a transferência no Sistema de Garantias da B3 (NGA). As Instituições Financeiras que possuam cadastro no sistema e que intermediaram a transferência dos títulos poderão confirmá-la por meio do *site* <https://clearing3.bvmfnet.com.br/Garantias/>.
- Em virtude dos prazos de transferência do SELIC, somente serão aceitos como garantia, títulos disponíveis, sob a guarda da B3, naquele sistema, até data e horário para aporte de GARANTIA DA PROPOSTA indicados no EDITAL.

VALORAÇÃO

Os Títulos da Dívida Pública Federal transferidos para a conta de garantia da B3 serão valorados diariamente pelo seu valor econômico, conforme definido pelo Ministério da Fazenda e apurado pela B3.

Casos omissos serão tratados diretamente pela COMISSÃO ESPECIAL DE OUTORGA.

A B3 poderá informar a COMISSÃO ESPECIAL DE OUTORGA, a qualquer momento sobre a necessidade da recomposição de títulos com a intenção de manter inalterado o valor exigido pelo EDITAL.

REGRAS APLICÁVEIS À MODALIDADE DEPÓSITO CAUÇÃO EM DINHEIRO

A aceitação da comprovação do depósito será feita pela COMISSÃO ESPECIAL DE OUTORGA, não tendo a B3 qualquer responsabilidade por esse ato. A B3 também não se responsabilizará pela devolução da GARANTIA DA PROPOSTA que for depositada na forma de caução em dinheiro, devendo esta ser realizada após a solicitação de ofício de liberação à COMISSÃO ESPECIAL DE OUTORGA.

FORMA DE DEPÓSITO E APORTE

A CONCORRENTE que optar por apresentar a GARANTIA DA PROPOSTA sob a forma de caução em dinheiro, não efetuará o aporte junto à B3. O depósito deverá ser realizado em conta indicada pela COMISSÃO ESPECIAL DE OUTORGA, conforme item 11.4.1.

CAPÍTULO 4

SESSÃO PÚBLICA DO LEILÃO

OBJETO

A SESSÃO PÚBLICA DO LEILÃO tem por objetivo a seleção de PROPOSTA ECONÔMICA com menor valor de CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA ANUAL MÁXIMA, conforme o regramento estabelecido pelo item 16.17 e demais do EDITAL.

LOCAL, DIA E HORA

A SESSÃO PÚBLICA DO LEILÃO terá dia e horário divulgados pela COMISSÃO ESPECIAL DE OUTORGA na B3 à Rua XV de Novembro, nº 275, Centro, São Paulo, SP.

O Diretor da Sessão poderá estabelecer intervalo durante a SESSÃO PÚBLICA DO LEILÃO caso julgue adequado ao andamento dos trabalhos.

CONCORRENTES APTAS A PARTICIPAR DA SESSÃO

A lista de CONCORRENTES aptas a participar da SESSÃO PÚBLICA DO LEILÃO será divulgada pela COMISSÃO ESPECIAL DE OUTORGA em data prevista no EDITAL.

REPRESENTAÇÃO

Na SESSÃO PÚBLICA DO LEILÃO, a intermediação entre a B3 e o representante da CONCORRENTE deve ser realizada pela CORRETORA CREDENCIADA.

Cada CORRETORA CREDENCIADA deverá indicar até às 14h do dia útil anterior à SESSÃO PÚBLICA DO LEILÃO, por e-mail à leiloes@bvmf.com.br, seus operadores e os representantes da CONCORRENTE que participarão da SESSÃO PÚBLICA DO LEILÃO.

As credenciais dos operadores das CORRETORAS CREDENCIADAS que participarão da SESSÃO PÚBLICA DO LEILÃO somente serão entregues momentos antes de sua realização, diretamente pelo Diretor da Sessão. Para receber as credenciais, o operador indicado da CONCORRENTE deve apresentar-se ao Diretor da Sessão antes do início da sessão. Ao término da sessão, as credencias devem ser devolvidas no mesmo local em que foram retiradas.

DINÂMICA

Os procedimentos da SESSÃO PÚBLICA DO LEILÃO serão conduzidos pela B3 em suas dependências, em nome da COMISSÃO ESPECIAL DE OUTORGA e segundo os ditames do EDITAL.

As decisões tomadas na SESSÃO PÚBLICA DO LEILÃO competem tão somente à COMISSÃO ESPECIAL DE OUTORGA.

O Diretor da Sessão iniciará o procedimento da SESSÃO PÚBLICA DO LEILÃO oferecendo as informações necessárias para a condução e o bom entendimento da dinâmica.

1. ABERTURA DO ENVELOPE 2

O Diretor da Sessão solicitará à COMISSÃO ESPECIAL DE OUTORGA os Envelopes 2 – PROPOSTA ECONÔMICA de cada CONCORRENTE apta.

O diretor procederá à abertura dos Envelopes 2.

2. PROPOSTAS ESCRITAS

A cada Envelope 2 aberto, o diretor lerá ao público o valor da proposta da CONCORRENTE. Feita a leitura, essas informações serão inseridas no sistema da B3 e exibidas no recinto da SESSÃO PÚBLICA DO LEILÃO.

A PROPOSTA ECONÔMICA será considerada válida se atender às exigências estabelecidas na legislação aplicável e no EDITAL.

DISPONIBILIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES

As propostas serão disponibilizadas em ordem crescente de valor da CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA ANUAL MÁXIMA. Assim, a primeira colocada será a aquela que ofertar menor CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA ANUAL MÁXIMA.

3. PROPOSTAS À VIVA VOZ

Poderão ocorrer propostas a viva voz entre as CONCORRENTES cuja proposta escrita seja até 5% (cinco por cento) maior do que o menor valor de CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA ANUAL MÁXIMA dentre todas as PROPOSTAS ECONÔMICAS apresentadas.

Caso não haja CONCORRENTES cuja proposta se enquadre neste critério será declarada vencedora a CONCORRENTE que tiver apresentado proposta escrita com o menor valor de CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA ANUAL MÁXIMA.

Propostas à viva voz devem:

- Não ser de valor idêntico à outra proposta;
- Ser de valor inferior da proposta anterior da CONCORRENTE;
- Respeitar o tempo máximo entre propostas, definido pelo Diretor da Sessão; e
- Respeitar o intervalo mínimo de valor entre propostas, de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil Reais).

EMPATE

Se 2 (duas) ou mais CONCORRENTES apresentarem PROPOSTAS ECONÔMICAS de igual valor, considerando as 02 (duas) casas decimais, será observado o disposto no item 16.13 do EDITAL. Se não houver ofertas a viva voz pelas CONCORRENTES, com a permanência do empate nas PROPOSTAS ECONÔMICAS, o critério para desempate será o sorteio promovido pelo Diretor da Sessão, sendo a primeira CONCORRENTE sorteada a melhor classificada.

RESULTADO FINAL

Obedecendo-se a todas as fases anteriores, a CONCORRENTE com PROPOSTA ECONÔMICA classificada como vencedora, ou seja, com o menor valor de CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA ANUAL MÁXIMA, será imediatamente declarada pelo Diretor da Sessão, após autorização e em nome da COMISSÃO ESPECIAL DE OUTORGA.

A ordem de classificação das PROPOSTAS ECONÔMICAS será divulgada pela COMISSÃO ESPECIAL DE OUTORGA após encerrada a SESSÃO PÚBLICA DO LEILÃO.

ANÁLISE DO ENVELOPE 3 DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

Após a SESSÃO PÚBLICA DO LEILÃO, ocorrerão a Sessão Pública de Abertura do Envelope 3 e a análise do Envelope 3.

A análise dos documentos jurídicos, econômico-financeiros e fiscais do Envelope será realizada em conjunto pela COMISSÃO ESPECIAL DE OUTORGA e pela B3.

Caberá à COMISSÃO ESPECIAL DE OUTORGA a decisão final sobre a regularidade de CONCORRENTES na CONCORRÊNCIA.

O resultado da análise do Envelope 3 será divulgado pela COMISSÃO ESPECIAL DE OUTORGA na data prevista no cronograma.

CAPÍTULO 5

REMUNERAÇÃO DA B3

ORIENTAÇÕES

Em até 15 (quinze) dias após a publicação da homologação do resultado da CONCORRÊNCIA, mas impreterivelmente antes da assinatura do CONTRATO, a CORRETORA CREDENCIADA representante da CONCORRENTE vencedora deverá pagar a remuneração da B3 de R\$ 602.537,18 (Seiscentos e dois mil, quinhentos e trinta e sete Reais e dezoito centavos).

Dentro do prazo estabelecido, a B3 emitirá boleto de cobrança bancária contra a CORRETORA CREDENCIADA que representou a CONCORRENTE vencedora.

A B3 emitirá declaração confirmando o recebimento de sua remuneração referente à CONCORRÊNCIA e a enviará para a COMISSÃO ESPECIAL DE OUTORGA, com cópia para a ADJUDICATÁRIA.

ANEXO 01

CONTRATO DE INTERMEDIÇÃO ENTRE CONCORRENTE E CORRETORA CREDENCIADA

[local], [dia] de [mês] de [ano].

À B3 S.A. – BRASIL, BOLSA, BALCÃO

Ref.: EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 022/2018 - Secretaria de Infraestrutura (SEINFRA) do Governo do Estado da Bahia - Parceria Público-Privada na Modalidade Concessão Patrocinada para a Operação, Manutenção e Revitalização do Sistema Viário BA-052 e a Construção de Ponte-Travessia sobre o Rio São Francisco entre os Municípios Baianos de Xique-Xique e Barra.

Na melhor forma de direito, as partes:

[preencher com a denominação social da corretora], sociedade corretora com sede na [preencher com a sede social da corretora], inscrita no CNPJ/MF nº [preencher com o CNPJ/MF da corretora], neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, doravante denominada de CORRETORA CREDENCIADA; e

[preencher com a denominação social da proponente], com sede na [preencher com a sede social da proponente], inscrita no CNPJ/MF nº [preencher com o CNPJ/MF da proponente], neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, doravante designada de CONCORRENTE;

nos termos do EDITAL e do MANUAL DE PROCEDIMENTOS em epígrafe;

RESOLVEM celebrar o presente contrato para intermediação por CORRETORA CREDENCIADA na participação da CONCORRENTE na CONCORRÊNCIA, nos atos praticados sob assessoria da B3 ao SEINFRA.

1. A CONCORRENTE e CORRETORA CREDENCIADA declaram conhecer, acatar e adimplir, sem ressalvas, todos os termos, normas, obrigações, condições, formas e prazos dos documentos relativos à CONCORRÊNCIA, os quais, para todos os fins, são parte integrante deste Contrato, e, portanto, permitem a adoção dos mesmos significados das expressões:
 - EDITAL, ANEXOS e MANUAL DE PROCEDIMENTOS;
 - Cronograma;
 - Documentos e alterações expedidas pela COMISSÃO ESPECIAL DE OUTORGA;
 - Toda e qualquer documentação que vier a ocorrer comunicada, divulgada ou publicada no âmbito da CONCORRÊNCIA; e
 - Subsidiariamente, as normas e procedimentos da B3 relativas a Leilões em geral.
2. Se comprometem a entregar, a CONCORRENTE à CORRETORA CREDENCIADA, e a CORRETORA CREDENCIADA à COMISSÃO ESPECIAL DE OUTORGA, na B3, conforme documentos e cronograma da CONCORRÊNCIA:
 - GARANTIA DE PROPOSTA;
 - Envelopes 1, 2 e 3;
 - Ofertas à viva voz; e

- Remuneração da B3, se assim acordado entre as partes.
3. A CORRETORA CREDENCIADA é obrigada como responsável e principal pagadora da remuneração da B3, nos termos do EDITAL e MANUAL DE PROCEDIMENTOS.
 4. A taxa de corretagem da CORRETORA CREDENCIADA, para a realização da intermediação, objeto deste Contrato, é livremente pactuada entre as partes em [preencher com as condições comerciais acordadas entre as partes].
 5. A CORRETORA CREDENCIADA não se responsabiliza pela não inclusão da CONCORRENTE na lista de habilitados para a CONCORRÊNCIA, a ser comunicada diretamente pela COMISSÃO ESPECIAL DE OUTORGA.
 6. A CONCORRENTE reconhece e autoriza o bloqueio compulsório e/ou à execução, pelas SEINFRA, COMISSÃO ESPECIAL DE OUTORGA e/ou B3, de ativos aceitos como GARANTIA DE PROPOSTA, de acordo com o EDITAL e no MANUAL DE PROCEDIMENTOS.
 - 6.1. A execução de GARANTIAS DE PROPOSTA será feita mediante alienação, prática, ato, forma, modo, inclusive extrajudicial, que for mais eficaz para obtenção dos recursos necessários ao bom adimplemento das obrigações contraídas pela CONCORRENTE em virtude de sua participação na CONCORRÊNCIA.
 7. A CONCORRENTE, por este instrumento, outorga em caráter irrevogável e irretratável à CORRETORA CREDENCIADA, poderes especiais para representá-la perante a B3, as demais CONCORRENTES, instituições bancárias ou não, Banco Central do Brasil, entre outras entidades públicas ou sistemas centralizados ou de custódia, a fim de exercer todos os direitos e assumir todas as obrigações decorrentes da CONCORRÊNCIA que por sua conta e ordem deverão ser adimplidas na forma deste Contrato, do EDITAL e do MANUAL DE PROCEDIMENTOS, podendo, para tanto, instruir documentos pertinentes à operação e ao procedimento de sua liquidação financeira de todo e qualquer ativo utilizado como meio de pagamento ou garantia, acordar, transferir, receber e dar quitação, firmar compromissos, emitir, sacar e assinar títulos e documentos em nome da CONCORRENTE, bem como transigir e praticar todos os demais atos necessários à utilização das GARANTIAS DE PROPOSTA, nos termos do EDITAL e do MANUAL DE PROCEDIMENTOS, ficando, por fim, outorgado e sem reservas à B3 idênticos poderes auferidos à CORRETORA CREDENCIADA, independentemente da ordem de nomeação supra, para, por conta e ordem da COMISSÃO ESPECIAL DE OUTORGA e da SEINFRA, praticar os atos necessários e relativos à promoção, administração, compensação e liquidação dos meios de pagamento e garantias que a qualquer título lhe forem entregues, nos termos do EDITAL e do MANUAL DE PROCEDIMENTOS.
 8. O presente Contrato terá seu vigor encerrado com a realização de ambos os eventos:
 - retirada das GARANTIAS DE PROPOSTA pela CORRETORA CREDENCIADA da **B3** e devolução à CONCORRENTE; e
 - até que a B3 confirme o recebimento de sua remuneração.
 - 8.1. A rescisão deste Contrato pelas partes resguarda-o como válido e produz todos os seus efeitos sobre as obrigações pendentes até que sejam devidamente quitadas.
 9. Toda e qualquer omissão ou tolerância das partes em relação aos direitos e obrigações decorrentes deste Contrato, não importará, salvo disposição expressa em contrário, em renúncia a tais direitos, nem se constituirá em alteração ou novação ao presente Contrato.
 10. O presente Contrato obriga, também, a todos os herdeiros e sucessores das partes.
 11. A CORRETORA CREDENCIADA se compromete a manter sigilo quanto à identificação e informações relativas à CONCORRENTE, apenas revelando-as à B3, a SEINFRA e à COMISSÃO ESPECIAL DE OUTORGA, na forma e para os fins deste Contrato.

12. A CONCORRENTE se compromete a manifestar expressamente à CORRETORA CREDENCIADA qualquer alteração de suas condições ou informações, para a atuação desta e considerado o devido enquadramento e observância das condições de participação na CONCORRÊNCIA, junto à B3, à COMISSÃO ESPECIAL DE OUTORGA e à SEINFRA.
13. Fica eleito o foro da cidade de São Paulo como o competente para dirimir as dúvidas supervenientes, ressalvado a opção da CORRETORA CREDENCIADA, quando autora da ação, de ajuizá-la no domicílio da CONCORRENTE, se este for diverso do dela.
14. As dúvidas e controvérsias advindas deste Contrato serão dirimidas pela B3, ouvida a COMISSÃO ESPECIAL DE OUTORGA, previamente a eventual interpelação judicial, feita por qualquer das partes.

E por estarem as partes contratantes no mais absoluto acordo e entendimento, assinam o presente instrumento em [preencher com a quantidade de vias negociadas entre as partes, considerando as necessárias na documentação da CONCORRÊNCIA] vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e assinadas, para que se produzam todos os seus efeitos e fins.

Assinatura(s) do(s) REPRESENTANTE(S) CREDENCIADO(S) com firma(s) reconhecida(s).

[Nome(s) do(s) REPRESENTANTE(S) CREDENCIADO(S)]
[Nome completo da CONCORRENTE]

Assinatura(s) do(s) representante(s) da CORRETORA CREDENCIADA com firma(s) reconhecida(s).

[Nome(s) do(s) representante(s) da CORRETORA CREDENCIADA]
[Nome completo da CORRETORA CREDENCIADA]

Testemunhas:

Nome:
R.G.:

Nome:
R.G.: